

## Uma ética do real

Suely Rolnik

Guattari de novo entre nós. Desta vez, com a ecologia<sup>1</sup>. Mas de que ecologia se trata?

Como ele próprio nos adverte, certamente não se trata do folclore arcaizante de grupos de bondosos amantes da “natureza”, nem de uma nova especialidade e seus diplomados. Não se trata de recuperar qualquer espécie de suposta natureza perdida, que o avanço tecnológico nos teria furtado. Porque se o que está em questão é a degradação da vida no planeta, seu objeto não é uma suposta essência, mas ao contrário, a possibilidade de a vida continuar a produzir novas formas. E isto nada tem a ver com qualquer espécie de “paraíso” ecológico, ou outro, a ser reconquistado.

O que está em questão não é o avanço técnico-científico — este, aliás, muito bem vindo, para o autor —, mas o paradoxo de as conquistas neste terreno não estarem sendo apropriadas pelas forças sociais e políticas como meios de avanço também no terreno da vida individual e coletiva. Esta, ao contrário, vem sendo objeto de uma degradação, tão ou mais alarmante, que a do meio ambiente. Aqui Guattari vai mais longe em sua ecologia. Ela se desdobra em três, indissociáveis: ecologia do meio ambiente, ecologia mental e ecologia social. Três dimensões da realidade que sofrem os mesmos efeitos de degradação — três alvos de luta, hoje.

Num certo sentido, não é tão novo ver estes três registros associados. Guattari, na verdade, resgata a radicalidade originária da ecologia em sua inspiração contracultural: naquele momento — anos 60 — tomava-se consciência dos efeitos de desequilíbrio produzidos pelo “progresso”, não só no meio ambiente, mas também na existência individual e coletiva. Tal inspiração ficou um tanto perdida no *boom* da ecologia, sobretudo nos anos 80. Mas ao resgatá-la — e aqui, sua inovação — Guattari o faz deixando de lado a paranóia anti-tecnológica e, seu corolário, a romântica idealização da natureza presente naquele movimento, natureza não só do meio ambiente mas também dos modos de vida e do desejo (a crença ingênua de que haveria uma espontaneidade do desejo, que esta nos teria sido roubada pelos avanços tecnológicos e que, sendo assim, seria preciso reconquistá-la). Para Guattari,

---

<sup>1</sup> *As três Ecologias*. Papyrus, Campinas, 1990.

sabemos, desejo, ao contrário, nada tem a ver com qualquer espécie de essência espontânea, mas sim com artifício, criação de sentido, produção de mundo.

O que seria então degradação mental e social? Guattari se refere por exemplo ao vazio da subjetividade, cada vez mais absurdo e sem recurso, que se vive hoje no planeta. Neste livro, ele aponta dentre as causas deste vazio de sentido, os seguintes fatores:

- a exacerbação da produção de bens materiais e imateriais, em detrimento da consistência de territórios existenciais individuais e coletivos;
- o crescimento de recursos técnico-científicos, acompanhados, no entanto, de uma degradação irreversível dos operadores de regulação social;
- o fato da enunciação subjetiva se colocar cada vez mais necessária com o desenvolvimento das máquinas produtoras de signos, de inteligência artificial, etc., de ser cada vez mais necessário o apelo a uma produção subjetiva criacionista, a uma inteligência de iniciativa. Mas tudo isto em prol da produção de uma subjetividade a serviço do que Guattari chama de CMI (Capitalismo Mundial Integrado, o capitalismo pós-industrial), em prol da produção de agregados subjetivos maciços, o que implica que seja travada qualquer proliferação criativa.

Para o autor, um certo tipo de produção de subjetividade é condição para o funcionamento do Capitalismo Mundial Integrado, tanto quanto um certo tipo de produção econômica. Ele considera que, evidentemente, antes do CMI, a subjetividade também era capitalizada, mas que este fato ainda não tinha alcançado a importância que tem hoje e, por isso, talvez se justifique que os teóricos do movimento operário e as formações políticas não o tenham tomado como objeto de reflexão e de luta. Mas hoje, alerta Guattari, manter-se neste desconhecimento dogmático é irresponsável e perigoso. Torna-se indispensável conjurar o crescimento entrópico da subjetividade dominante.

A saída para a crise de nossos tempos, preconizada neste livro, implica na articulação de uma subjetividade em estado nascente, um *socius* em estado mutante e um meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado. A saída implica numa outra concepção do político. Como seria isso?

Foucault, num texto intitulado *Por que investigo o poder*<sup>2</sup>, afirma que a economia política e a história econômica nos fornece instrumentos para compreender as relações de produção, a lingüística e a semiótica, as relações de sentido, mas quanto ao poder, só dispomos de instrumentos para compreendê-lo de um ponto de vista jurídico (o que

legítima o poder?) e institucional (o que é o Estado?), mas não para compreendê-lo enquanto “técnica de subjetivação”.

Compreender o poder nesta dimensão é o que Guattari chamou, entre outros nomes, de “micropolítica”. Muitos leitores de Foucault, Deleuze e Guattari entenderam que o que estavam propondo tais pensadores era que se considerasse as relações de dominação em pequena escala — relações intersubjetivas como entre homem /mulher, branco/negro, hetero/homo —, e não só em grande escala — como entre classes sociais ou Estado/Sociedade. Mas não é absolutamente disso que trata a micropolítica; não está absolutamente nisso a contribuição inovadora destes autores. “Micro” refere-se à dimensão do processo de produção das formas de realidade: a realidade em vias de se constituir, se definir (territorializar) e ao mesmo tempo, em vias de se desmanchar (desterritorializar). Realidade tanto individual quanto grupal ou coletiva. Enquanto “macro” refere-se à realidade em suas formas constituídas — aqui também, tanto ao nível individual quanto grupal ou coletivo. É na lógica das formas constituídas que se pensa em termos de um todo, de pólos em conflito e/ou contradição — em suma, em relações de dominação. E esta lógica (macro) vale tanto para relações de dominação entre Estado e Sociedade quanto para as relações de dominação do contexto de um casal. Pensar o poder enquanto “técnica de subjetivação”, como propõe Foucault, é pensá-lo segundo uma outra lógica, a qual permite por exemplo lutar contra a reificação da consciência e apreender a dimensão de criatividade social.

Não é por acaso que se impõe pensar o poder de outra perspectiva. A experiência do socialismo real nos levou a questionar os instrumentos de que dispúnhamos para compreender a realidade e nela intervir.

Guattari é daqueles raros intelectuais que conseguem fazer a crítica aos parâmetros de que dispunha a militância “progressista” tradicional, sem no entanto cair na desqualificação da luta pela reinvenção, como ele diz, da democracia. No lugar de uma “ética do ideal” da militância tradicional — que implica na idealização da realidade, no sonho de uma sociedade sem conflito e que funcione segundo um modelo perfeito e definitivo (seja a terra prometida da sociedade revolucionária da esquerda, seja o paraíso perdido da contracultura); no lugar deste tipo de ética, o que se propõe aqui é uma “ética do real”, onde a solidariedade continua sendo um valor, mas levando em conta o conflito, a alteridade, a diferença (ou, como diz Guattari, tornando-se a um só tempo solitário e cada vez mais diferente); assim como continua sendo possível a vontade de mudança sempre que ela se faz

---

<sup>2</sup> Dreyfus, H e Rabinow, P., *Michel Foucault - Un parcours philosophique*. Gallimard, Paris, 1984.

necessária, mas levando em conta a finitude e a multiplicidade. Guattari consegue não só fazer esta crítica mas também, o que é mais raro, pensar outros parâmetros, deslocar-se efetivamente da posição política tradicional, tanto em termos de uma prática conceitual quanto em termos de uma prática militante – ele consegue realizar, efetivamente, tal deslocamento. Aqui reside toda a riqueza da proposta da micropolítica, que no presente livro se aprimora com a visão das três ecologias, que Guattari agrupa sob o termo “ecosofia”.

Quem não entende tal deslocamento ou, mais precisamente, quem só consegue ir até a crítica dos paradigmas tradicionais da política sem realizar efetivamente um deslocamento, confunde-se e acusa em Guattari um militante ingênuo, um tanto angelical. São os que não fizeram a virada da década e continuam, tardiamente, a professar a cartilha dos dândis pós-modernos (como os chamou Guattari), os *best seller* dos anos 80. Como se estivéssemos condenados a optar entre a tutela estatal-burocrática (os sinistros gulags) ou o abandono ao cinismo *yuppie*.

Talvez seja no Guattari psicanalista que se origina a possibilidade de pensar o poder como técnica de subjetivação, pensar micropoliticamente. Mas desde que se pense a análise, como ele propõe nesse texto, tendo como parâmetro a criação estética (produção do sentido, invenção de mundo) e a implicação ética. Desde que se pense uma análise “construtivista” ou “futurista”, como ele a nomeia aqui, com o humor que lhe é peculiar. O inconsciente, ele afirma, só fica agarrado a fixações arcaicas enquanto nenhum engajamento o faz projetar-se para o futuro. A reificação dos complexos inconscientes, bastante recorrentes na história da psicanálise, tem por efeito teórico o dogmatismo. Mas seu efeito é também prático: o empobrecimento das intervenções e a impermeabilidade à alteridade singular, cuja afirmação é exatamente o que interessa conquistar no processo analítico. Ao contrário de tal reificação, qualquer novo impulso propriamente analítico da psicanálise implica em admitir que os agenciamentos subjetivos, individuais ou coletivos, são potencialmente capazes de proliferar para longe de seu equilíbrio ordinário, e as cartografias analíticas de tais agenciamentos implicam necessariamente num deslocamento em relação aos territórios existenciais a que estão ligados. Trata-se, para Guattari, de reorientar os conceitos e as práticas da análise, para fazer deles outros usos, que impliquem o resgate dos campos de virtualidade.

Para o autor, o Freudismo é um modelo de ecologia mental, que ele avalia em função de sua eficácia estética-existencial, como qualquer outro, segundo dois critérios: a capacidade de circunscrever as cadeias discursivas em ruptura do sentido; e a possibilidade de operar conceitos que autorizem uma auto-construção teórica e prática.

A psicanálise, enquanto modelo de ecologia mental, para Guattari funcionaria bem de acordo com o primeiro critério, e não tão bem assim de acordo com o segundo.

Retomando a proposta do livro como um todo, a ecosofia, ou a práxis ecológica, teria como objetivo detectar em cada foco existencial os valores de singularização, os catalisadores existenciais ou de subjetivação que já estão aí mas que precisam do suporte expressivo para se efetuarem. Trata-se de criar dispositivos de enunciação analítica que funcionem como este suporte para que tais singularidades isoladas, tais catalisadores existenciais, tornem-se processualmente ativos. O Freudismo, aliás, seria um destes dispositivos, com seus rituais de interpretação, de seção, de associação livre, etc.

A ecosofia é prática e especulativa, ao mesmo tempo, funcionando como uma máquina de criação de operadores diagramáticos, que não tem caráter de universalidade e por isso são diferentes de conceitos. Tais catalisadores têm uma função de existencialização, a qual vai além da função de representação. Trata-se de pontos de ruptura multipolares que pedem a produção de sentido, a invenção de formas de existência individuais e coletivas, as quais são por princípio:

- impossíveis de serem homogeneizadas sob qualquer espécie de tutela transcendental;
- incompatíveis com bandeiras ideológicas maniqueístas;
- impossíveis de serem representadas, já que se trata de ruptura de sentido, o que requer que se faça “desvios pseudo-narrativos”, como os chama Guattari, ou seja, a circunscrição de cenários que permitam a efetuação da singularidade que ali se anuncia.

O paradigma de uma ecosofia é portanto ético/estético/político, mais do que científico. Aliás, o “superego cientificista” que impera nas ciências humanas, segundo o autor, quando se trata de abordar a subjetividade, não levou a coisa boa. De acordo com ele, ou se desconfia desse tipo de questão em nome, por exemplo, do famoso “primado da infraestrutura” ou, quando se propõe abordá-lo, considera-se a subjetividade através de coordenadas extrínsecas, reificando as entidades psíquicas e perdendo, com isso, a única coisa que interessa nesse tipo de questão: a dimensão intrinsecamente evolutiva e criativa dos processos de subjetivação. As formações políticas, por outro lado, também não costumam levar esse tipo de problemática em consideração.

Assumir as rupturas de sentido existencializantes coube sempre à arte e à religião. Hoje, no entanto, tais rupturas devem, segundo o autor, ser assumidas por práxis coletivas.

Primeiro, por uma questão de sobrevivência (não se pode sobreviver a uma total perda de sentido). Segundo, porque o CMI não pode ser combatido apenas de fora. Assumir as rupturas de sentido sem se deixar capturar pela subjetividade dominante, nem tampouco chorar pela volta das formas existentes antes dos avanços da tecnologia e da informática, da aceleração dos transportes, da interdependência dos centros urbanos, da mundialização do mercado... Sem nenhuma espécie de romantismo melancólico. Mas acolher as conquistas do desenvolvimento tecnológico, lutando pela reorientação de seus princípios, pela instauração de novos sistemas de valorização, que não tenham como único critério o lucro. Há outras espécies de rentabilidade possíveis e necessárias, nos lembra Guattari, como por exemplo, uma rentabilidade estética, social e de desejo.

Nesta hora de degradação ética da sociedade brasileira em todos seus segmentos, nesta hora de revirada do mundo em que querem nos convencer que o planeta virou neoliberal, o texto de Guattari exala um sopro de vitalidade que mobiliza uma vontade de ação, de criação e de mudança. Uma vontade que nada tem a ver com emoção messiânica (apesar do tom por vezes panfletário do texto), com esperança idealizadora, com final feliz. É algo como uma vontade de preservar/conquistar um certo grau de autonomia criativa nos mais variados campos. Segundo a “fórmula” de Guattari para nossos tempos: “Toda uma catálise da retomada de confiança da Humanidade em si mesma está por ser forjada passo a passo e, às vezes, a partir de meios os mais minúsculos...”